

'Dando se recebe', o lema do governo

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Os parlamentares do Centrão que apóiam mandato de cinco anos para o presidente Sarney deverão mesmo ser recompensados com cargos de segundo e terceiro escalões do governo. Ao comentar ontem a posição defendida pelo senador Roberto Cardoso Alves de que "dando que se recebe", o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, disse que "é natural que o presidente Sarney prestigie mais a sua base de sustentação política".

Segundo o ministro, Sarney considerará como primeira opção as indicações provenientes dos políticos coniventes com seu governo, desde que haja vagas disponíveis. Costa Couto disse ainda que o presidente exige dos candidatos aos cargos públicos três qualidades. Primeiro, a probidade; segundo, a competência e, por último, a identificação com a política do governo.

Na análise de Costa Couto, todas as sugestões e reivindicações "viáveis" serão consideradas pelo gover-

no e terão grandes chances de ser atendidas. Ao ser perguntado sobre se a exigência do Centrão — troca de cargos pelo apoio aos cinco anos de mandato — é considerada viável pelo Palácio do Planalto, o ministro disse que este caso se enquadra nas condições de Sarney, ou seja, os parlamentares do grupo estão afinados com a política do governo.

O chefe do Gabinete Civil disse, no entanto, que o fato de o presidente "privilegiar" os partidários dos cinco anos de mandato não significa que ele promoverá retaliações contra os que defendem cinco anos. "É claro que o presidente Sarney fica feliz com os constituintes que defendem cinco anos, mas ele respeita a opinião de todos os grupos", acrescentou.

Segundo Costa Couto, o próprio presidente Sarney já lhe disse várias vezes que não vai patrocinar nenhum tipo de retaliação contra os políticos que defendem quatro anos.

"Seria impertinente, com a postura do governo promover este tipo de retaliação", afirmou.

O Centrão, que tem em mãos assinaturas de 317 parlamentares a favor dos cinco anos para o presidente

Sarney, começou esta semana a exigir os seus direitos. O líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço, do Centrão, voltou a fazer exigências. Na última terça-feira, ele pediu a exoneração de Márcio Fortes, da presidência do BNDS, por estar ele ligado ao governador do Rio, Moreira Franco.

CONGELAMENTO

O congelamento das vagas existentes na administração pública — que será determinado hoje através de decreto — começou ontem mesmo na Presidência da República. Em portaria assinada pelos chefes do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, e do Gabinete Militar, Bayma Delys, foi determinada a extinção de 212 das 2.268 vagas do quadro de pessoal do Palácio do Planalto.

O alcance total do congelamento, segundo Costa Couto, deverá atingir cerca de 30 mil cargos num período de um ano. Esse prazo, de acordo com o chefe do Gabinete Civil, pode ser prorrogado por igual período, de acordo com o comportamento da política de controle de gastos do governo.



Dividido pela discórdia em torno do mandato, Centrão sofre sua primeira derrota no plenário

Dividido, o Centrão sofre a primeira derrota

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Evidentemente dividido na questão da duração do mandato do presidente Sarney, o Centrão sofreu ontem sua primeira derrota na Constituinte: não conseguiu reunir os 280 votos necessários para aprovar sua emenda substitutiva ao preâmbulo do projeto de Constituição da Comissão de Sistematização. Votaram 484 constituintes, sendo 248 favoráveis à proposta do grupo liberal, 227 contra (a esquerda, principalmente) e nove abstenções. Não compareceram à sessão 75 parlamentares. A emenda será colocada hoje novamente em votação. Se não for aprovada por maioria absoluta, será arquivada, votando-se então o texto do relator Bernardo Cabral.

Os partidos de esquerda consideraram precipitado comemorar o resultado de ontem como uma derrota do Centrão. Suas lideranças admitiram que o fato pode ser um indicio de que o grupo terá dificuldades para manter, permanentemente, 280 representantes no plenário. Mas, temendo um impasse, ressaltaram que deve haver negociação.

O Centrão, no entanto, já definiu a estratégia para avaliar a reação de cada um de seus integrantes em relação às questões que estiverem sendo votadas. O grupo promoverá reuniões constantes. Diariamente distribuirá planilhas aos constituintes sobre a orientação de voto e sobre os temas a serem debatidos nas reuniões que precedem as votações. No folheto distribuído ontem, os líderes

do Centrão destacam que "é de fundamental importância que os integrantes do nosso movimento estejam todos conscientes da necessidade de continuarmos unidos e coesos em torno dos pontos essenciais que tornarão a nossa Carta Magna moderna, garantidora da justiça social e da livre iniciativa".

Para o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), um dos principais dirigentes do Centrão, a votação de ontem refletiu a falta de acordo entre os líderes, embora, segundo ele, tenha faltado muito pouco para que o acordo fosse "fechado".

A presença de 410 constituintes na abertura da primeira sessão plenária levou o multipresidente Ulysses Guimarães a fazer um "ferveoroso" agradecimento a todos por sua presença. O líder do PMDB, senador Mário Covas, chegou a dar uma de profeta ao prever que o povo brasileiro se orgulhará do trabalho da Constituinte, palavras com que concordou o líder do PFL, deputado José Lourenço. Além da presença, a sessão foi inaugurada sob o signo da pontualidade: começou às 14 horas.

O processo de votação durou 23 minutos e o otimismo logo se transformou em decepção. Primeiro pelos parlamentares do Centrão quando perceberam que não haviam conseguido 280 votos numa questão tão pouco polêmica como o preâmbulo da nova Constituição. A evidente divisão do grupo causada pelo fisiologismo desenfreado de alguns de seus membros não foi lembrada, contudo, no momento de recolher os cacos da derrota. A explicação encontrada pa-

ra o fracasso foi muito prosaica: a culpa caiu sobre os evangélicos, que se mantiveram intransigentes na manutenção da expressão "sob a proteção de Deus", que foi incluída no fim e não no começo do preâmbulo.

A primeira votação em plenário, contudo, deixou algumas lições evidentes. A primeira delas é que quase sempre o fato de alguém assinar alguma proposta para emenda não significa necessariamente que votará a favor dessa emenda. Foi o que aconteceu ontem no caso do preâmbulo: a emenda do Centrão teve 286 parla-

mentares a subscrevê-la, mas apenas 248 votaram pela sua transformação no texto definitivo da Constituição.

Os deputados Ricardo Fiuza (PE) e Luis Eduardo Magalhães (BA), ambos do PFL e do Centrão, insistiram em culpar os evangélicos pela derrota no primeiro combate na guerra do plenário. Mas o deputado Roberto Jefferson (PTB - RJ) encontrou na imagem do grupo a principal causa para o fracasso. Segundo ele, "o Centrão hoje é considerado o Maluf da época da ditadura, é o Judas para todos os argumentos".

A esquerda comemorou ruidosa-

mente a derrota do Centrão, mas se esqueceu de dois detalhes aparentemente insignificantes: primeiro, teve menos votos do que o grupo derrotado; segundo, não dispôs de acordos suficientes para garantir os 280 votos em favor do anteprojeto aprovado na Comissão de Sistematização. Mais do que isso, os que comemoraram ontem o adiamento da sessão no plenário da Constituinte se esqueceram de uma coisa muito mais grave: o impasse, tal como surgiu na primeira votação, só interessa ao governo, que, assim, vai empurrando a marcação das próximas eleições presidenciais com a barriga. Este, pelo menos, é o pensamento de alguns parlamentares, como o deputado Waldyr Pugliesi (PMDB-PR), que desabafou, num julgamento dos rumos da Constituinte: "Desse jeito Sarney vai ficar até 90".

A comemoração do impasse, contudo, não foi exclusiva da esquerda. O líder do PDS, deputado Amaral Netto (RJ), exultava porque, no primeiro dia de votação, já era possível ver confirmada sua profecia de que não val ser nada fácil a votação da futura Constituição. Há duas semanas, o polêmico parlamentar fluminense divulgou uma previsão de que a nova Constituição só seria promulgada no Natal e não na Páscoa, como anunciou o multipresidente Ulysses Guimarães.

O veterano contabilista de votos Daso Coimbra, guindado à liderança do Centrão e no comando do grupo cinco-anista dentro do Centrão, teve a difícil missão de justificar a derrota excluindo das explicações a intransi-

gência bíblica de seus colegas evangélicos. Ele mesmo pastor protestante, Daso protestou contra a versão, contabilizando que "todos os evangélicos do Centrão votaram a favor de nosso preâmbulo". Dos 32 votos que faltavam para completar os 280 (maioria absoluta) necessários, o deputado do Rio lamentou as ausências da deputada Eunice Michiles, "que estava no dentista", e de Manoel Moreira, que estava em Campinas e só hoje deve voltar a Brasília.

TRANQUILIDADE

Na verdade, a sessão foi — como se poderia esperar — absolutamente tranquila: sem debates acalorados e apenas uma questão de ordem, uma do deputado Luiz Roberto Rodrigues, que invocou dispositivos regimentais para assinalar que o presidente da Constituinte poderia também votar, rejeitando ou aprovando as matérias. Ulysses, preso à tradição, invocou um costume que data do Império: só lhe cabe o voto de desempate e, nas votações, apertará sempre o botão de "abstenção" do sistema eletrônico de votação.

Na verdade, nem mesmo a questão da expressão "sob a proteção de Deus", invocada para explicar a derrota do Centrão, levantou polêmica nas discussões. A questão do exercício direto da soberania popular, expressão que traduz o "assembleísmo" reivindicado pela esquerda, particularmente o PT, também não produziu maior ruído. A derrota do Centrão aconteceu em paz. E em silêncio.

Preâmbulo volta a plenário

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A emenda substitutiva do Centrão ao preâmbulo do projeto de Constituição votada pela Comissão de Sistematização será colocada novamente em votação na segunda sessão da Constituinte, hoje à tarde, cumprindo a disposição regimental de que uma emenda de maioria absoluta, se não conseguir voto para aprovação e se não for derrotada, terá a oportunidade de ser novamente votada.

Se a emenda do Centrão não for aprovada nessa segunda oportunidade, imediatamente será posto em votação o texto original do relator Bernardo Cabral, aprovado pela Comissão de Sistematização, que precisa também de 280 votos positivos para ser mantido. Se ocorrer a hipótese de também não se atingir a maioria abso-

luta, cria-se, então, a situação conhecida como "buraco negro".

O "buraco negro" representa o intervalo de 48 horas de inatividade da Constituinte, após as duas votações da emenda substitutiva e do texto do relator, para que o relator ofereça um novo texto alternativo. A mesma oportunidade será dada à maioria — o grupo que tiver o mínimo de 280 assinaturas, no caso, o Centrão.

A perspectiva da existência de um "buraco negro" para cada uma das votações da Constituinte — das emendas substitutivas de maioria absoluta, das emendas individuais e dos textos originais da Comissão de Sistematização — é o grande medo de líderes de todos os partidos na Constituinte, pelo resultado que isso pode trazer para atrasar mais ainda os trabalhos da Assembleia, que comemoram um ano dia 1º de fevereiro.

Faltaram 32 para 280 votos

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A desinformação de alguns participantes do Centrão em relação ao sistema de votação adotado nesta nova fase da Constituinte, o desinteresse de outros pelo preâmbulo, a ausência de constituintes e até mesmo a colocação do nome de Deus no fim da matéria foram alguns dos motivos alegados pelos líderes do grupo suprapartidário para o fato de não terem conseguido os 280 votos necessários à aprovação do preâmbulo da futura Constituição. O resultado não foi considerado uma derrota, mas a opção de pouco mais de 30 integrantes do Centrão, de apoiar o projeto da Comissão de Sistematização para o preâmbulo, pensando que o assunto poderia ser discutido posteriormente, foi decisiva para que a questão voltasse a plenário.

Os problemas começaram quando o senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB, tentou um acordo com o Centrão para acrescentar ao preâmbulo uma emenda do senador José Agripino Maia (PFL-RN), que garante a participação popular direta. O deputado José Lins (PFL-CE), um dos líderes do grupo suprapartidário, não concordou: argumentou que esse ponto não havia

sido objeto de acordo na reunião realizada pela manhã e, portanto, teria de consultar os integrantes do Centrão. A partir daí, muitos parlamentares do Centrão que desejavam ver incluído na nova Carta que "os poderes inerentes à democracia são exercidos por representantes eleitos ou diretamente exercidos pelo povo, na forma desta Constituição", votaram a favor do texto da Sistematização. Esses constituintes foram liderados pelos deputados Erico Pegoraro (PFL-RS), Nilson Gibson (PMDB-PE), João Alves (PFL-BA) e Hélio Rosas (PMDB-SP). Com 32 votos a mais o Centrão aprovaria o preâmbulo.

Independentemente de centristas terem votado contra a emenda do Centrão, o grupo iria precisar do apoio de constituintes pertencentes a outras facções para aprovar o preâmbulo da futura Carta, uma vez que segundo o deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ), líder do grupo, apenas 276 de seus integrantes chegaram a Brasília a tempo de votar — os demais tiveram problemas de atraso nos aviões. Daso Coimbra ressaltou que o Centrão não está dividido, e que se não conseguiu os 280 votos necessários à aprovação da emenda, pelo menos obteve a maioria.

Novas reuniões para tentar acordo

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, tentará promover um acordo visando a votação sem problemas do preâmbulo do texto constitucional de autoria do Centrão. Ulysses vai sugerir que seja votada uma emenda coletiva que admita a iniciativa popular no exercício dos poderes.

Ainda pela manhã, o Centrão terá uma outra reunião, desta vez com os pequenos partidos e a esquerda do PMDB, para buscar um entendimento sobre as votações. Esse encontro havia sido marcado antes do início dos trabalhos de votação e o seu objetivo inicial era tratar apenas de questões relativas aos direitos dos trabalhadores.

Em virtude do impasse criado, o deputado Roberto Jefferson, um dos líderes do Centrão, entende que muitos outros assuntos precisam ser negociados: "Precisamos buscar soluções para que a Constituinte não viva um impasse permanente. Imagine o que acontecerá na hora em que as votações girarem em torno de temas polêmicos como reforma agrária, definição de empresa nacional, estatização da distribuição de petróleo e outros. Temos que sentar e conversar. Não há outro jeito", concluiu.

Adiamento já era previsto, diz Ulysses

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, considerou ontem que o adiamento por 24 horas da votação do preâmbulo do texto constitucional "faz parte do regimento e já havia sido calculada na previsão de atrasos". Ele lembrou, porém, as necessidades de encontrar alternativas que recuperem o tempo perdido, e de trabalhar de modo que aquela situação não se torne frequente.

Ulysses Guimarães admitiu que a maioria absoluta, isto é, os 280 votos necessários à aprovação de emendas coletivas, como a do Centrão referente ao preâmbulo da Carta, é um quórum difícil de ser atingido. "É necessário, portanto, que estejamos prevenidos quanto à ocorrência de quórum quando da votação de uma matéria", explicou, acrescentando que "o fato de as emendas coletivas possuírem o 'privilegio' de poderem ser novamente votadas caso não haja número suficiente é uma questão regimental, que deve ser respeitada". O fundamental, agora, na sua opinião, é superar a dificuldade regimental que pode atrapalhar o andamento da elaboração da Constituição, caso ocorram novas suspensões. Ele afirmou ainda que o fato da suspensão da votação não pode significar uma frustração.

Uma previsão pessimista do governador

O governador Orestes Quércia disse ontem ter informações de que o ano poderá terminar sem que tenha sido aprovada a nova Constituição brasileira. Com essa declaração, Quércia afastou o otimismo que vinha demonstrando com a possibilidade de a nova Constituição ser aprovada até março deste ano.

Quércia não quis esclarecer quais as informações de que dispõe e nem quem as transmitiu, mas não escondeu sua preocupação com essa questão: "Estou muito preocupado com as notícias que tenho recebido fora da imprensa. Acho muito arriscado que não tenhamos a nova Constituição logo. As notícias são de que se não houver um entendimento, os parlamentares poderão postergar a decisão da Constituição até por um ano. E isso seria abrir uma perspectiva para coisa pior".

Nem mesmo essa possibilidade de "coisa pior" foi explicada por Quércia que limitou-se a dizer: "Imagine a classe política ficar dois anos discutindo a Constituição e não conseguir aprová-la? Seria ruim...". Por isso, Quércia pretende discutir amanhã, em Belo Horizonte, juntamente com outros governadores, a possibilidade de uma união visando a pressionar os parlamentares para que votem, o mais rápido possível, a Constituição, "respeitando, entretanto, a soberania da Assembleia Nacional Constituinte".

APARTAMENTOS ALTO PADRÃO V.N. CONCEIÇÃO

Andar alto, com magnífica vista. Aptos de 480 m² a 940 m². Infs.: Tels.: 530-2809 / 289-0522 / 881-2323 / 884-2828 - C/Sr. Roosevelt Sá - sind. creci 30.667.

CASA CENTRO
CERTEZA DO MELHOR NEGÓCIO

TVC Philips 6485
Despachamos para todo o Brasil. Alacado e Varejo.

PHILIPS

CASA CENTRO
QUINHOENHO DO BRASIL

Av. Brig. Luís Antônio, 1768/98 e filiais.